

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL COMO ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: cenário e desafios

THE SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL AS A STRATEGY FOR GENERATING JOB AND INCOME: scenario and challenges

Fabrizia Cristine Chaves¹

Pollyana Gonçalves dos Inocentes²

RESUMO

A presente produção tem como objetivo contextualizar historicamente a evolução da Economia Solidária no Brasil. Para tanto, parte-se de uma perspectiva crítica e dialética, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos, revistas que discutem os conceitos ligados à economia solidária, seus surgimentos e como podem ser utilizados pelos trabalhadores e trabalhadoras como ferramenta de emancipação político-econômico-social. A Economia Solidária é uma alternativa possível de geração de renda e trabalho, baseada nos valores de solidariedade e coletividade, frente às mudanças nas condições de vida e de trabalho decorrentes do Neoliberalismo e todas as suas implicações para a classe que vive do trabalho.

Palavras-chave: Economia Solidária. Trabalho. Renda.

ABSTRACT

This production aims to historically contextualize the evolution of the Solidarity Economy in Brazil. To this end, it starts from a critical and dialectical perspective, using bibliographical and documentary research as a methodology in books, articles, magazines that discuss the concepts linked to the solidarity economy, its emergence and how they can be used by workers as a tool for political-economic-social emancipation. The Solidarity Economy is a possible alternative for generating income and work, based on the values of solidarity and collectivity, in the face of changes in living and working conditions resulting from Neoliberalism and all its implications for the class that lives from work.

Keywords: Solidarity economy. Work. Income.

¹ Graduada em Serviço Social pelo Centro de Ensino Superior de Bacabeira. Email: fabriziaseso@gmail.com

² Assistente Social, Mestra em Políticas Públicas e Doutoranda em Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tornou-se um importante instrumento de enfrentamento à exclusão social e à pobreza, decorrentes do Modo de Produção Capitalista. A Economia Solidária apresenta-se como uma organização alternativa ao processo de produção no sistema capitalista, ao mesmo tempo como um importante movimento social, na maneira como encara a realidade, e por ter como objetivo o desenvolvimento integral das pessoas e não apenas os aspectos e resultados econômicos. A Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas, estratégia para a geração de renda e alternativa de trabalho para os/as trabalhadores/as excluídos/as do mercado de trabalho formal e do consumo no sistema capitalista, propondo a construção de relações mais justas, solidárias e sustentáveis.

Esta pesquisa traz o debate acerca da Economia Solidária como estratégia de geração de trabalho e renda, no Brasil, destacando as primeiras aparições deste movimento no contexto brasileiro e o marco legal com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio do decreto nº 5.063, de 08 de maio de 2004, apresentando-se ainda os principais desafios enfrentados pelo Movimento de Economia Solidária.

Para melhor compreensão do objeto de pesquisa, fez-se necessária a observação preliminar no que se refere aos principais conceitos de Economia Solidária, o contexto sócio-histórico e político que proporcionou o seu surgimento no Brasil, principais autores/as. O método de pesquisa utilizado para a elaboração desta produção científica foi uma pesquisa bibliográfica qualitativa, onde buscou-se, a partir de livros, revistas, artigos e sites, estudos sobre a temática, que trouxeram fundamentos essenciais para a contextualização e desenvolvimento crítico da pesquisa. Especificamente no contexto brasileiro, o Movimento de Economia possui uma importância relevância, no que tange ao reconhecimento da Economia Solidária enquanto política pública, que fomenta a geração de trabalho e renda, baseada nos princípios econômicos solidários.

2 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O conceito de Economia Solidária (ES) é utilizado para definir as atividades econômicas organizadas de forma coletiva por trabalhadores e trabalhadoras associados/as e que praticam autogestão. Singer (2008) sublinha duas especificidades que fundamentam as características

da ES: estímulo à solidariedade entre os membros, por meio da autogestão, e prática da solidariedade para com os/as trabalhadores/as, com ênfase na população em situação de vulnerabilidade social. A Economia Solidária constitui uma estratégia coletiva de organização e gestão de trabalho. Laville (2009) destaca as principais características das organizações econômicas solidárias: cooperação, autogestão, sustentabilidade, solidariedade, democracia, desenvolvimento humano, responsabilidade social, participação e igualitarismo.

No Brasil, a transferência do trabalho da indústria para o comércio e setor de serviços, nas últimas décadas do século XX, representou também a substituição do trabalho formal pelo trabalho informal, ocorrendo pressão dos empregadores sobre o Estado para que deixe de intermediar a relação capital x trabalho (Singer, 2008). Destaca-se ainda que as novas formas de gerir a produção resultaram nas ampliações da precarização das relações de trabalho.

De acordo com Varêda (2019), o crescimento da ES no contexto brasileiro está relacionado a fatores variados – resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, ao desemprego urbano e à desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista.

O Brasil, país de capitalismo dependente, sofreu, com os efeitos decorrentes da crise econômica, tendo como desdobramento o aumento do desemprego, a desregulamentação das relações e trabalho. Por conseguinte, muitas famílias brasileiras encontraram-se em situação financeira instável. De acordo com os estudos de Singer (2022), muitos/as brasileiros/as perderam suas casas e acabaram tendo poucas opções de enfrentamento à crise, como abrigar-se em moradias irregulares ou viver em situação de rua.

Em 1990, surgiram as primeiras cooperativas de desempregados que recuperaram as empresas onde trabalhavam e as reergueram, porém, desta vez, em forma de cooperativas de trabalho. Em seguida, surgiram inúmeras organizações de cunho coletivo, como incubadoras de cooperativas populares de alunos e professores universitários, o Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), cooperativas de produção agropecuária com pessoas assentadas, cooperativas de catadores de lixo com pessoas em situação econômica precária que geralmente residem nos lixões ou na rua, dentre outras (Singer, 2022).

Mesmo com o desenvolvimento das primeiras organizações cooperativas no Brasil, o Estado brasileiro, ainda assim, ignorava o crescimento da Economia Solidária, não havendo apoio por parte do poder público durante os anos de 1980 e 1990. Porém, esse cenário começou a se modificar a partir das ações voltadas para a retomada do desenvolvimento no

ano de 2004, já no segundo ano do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República Federativa do Brasil (Singer, 2022). Com efeito, as organizações de Economia Solidária, que surgiram como alternativa de sobrevivência frente à crise financeira que o Brasil sofreu no final do século XX, passaram a se desenvolver ainda mais no contexto de um governo de frente popular.

Com a vitória de Lula no segundo turno das eleições de 2002, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária – O GT-Brasileiro, congregando doze entidades e organizações nacionais que passaram a realizar encontros e reuniões nos períodos entre as várias edições do Fórum Social Mundial. Como esperado, o GT – Brasileiro formulou uma carta ao Governo Lula, organizando a Plenária Brasileira de Economia Solidária, que contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas com o objetivo de construir uma agenda de interesse comum para o Movimento de Economia Solidária, que ficou conhecida como a Plataforma da Economia Solidária no Brasil.

3 O MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária no contexto brasileiro avançou no final do século XX, decorrente do contexto político, social e histórico. Os processos de industrialização e de urbanização, no Brasil, acabaram por estruturar um mercado de trabalho que refletia um desnível econômico social, reverberando na inexistência de trabalho formal para todos/as, diferenciação e eletividade no que diz respeito ao gênero, grau de escolaridade e grupos socioprofissionais.

Com efeito, os processos de exclusão social causados pelo sistema capitalista contribuíram para que, a partir da década de 1990, as experiências e práticas de Economia Solidária com seus princípios de solidariedade, gestão coletiva e cooperação crescessem no Brasil (Singer, 2022). Nessa perspectiva, a Economia Solidária é vista como um meio de promover trabalhadores a sujeitos ativos nos processos econômicos e produtivos. A partir de então, emergiram diferentes organizações de geração de trabalho, renda e busca pela garantia dos direitos de cidadania, a exemplo de cooperativas, associações, clubes de troca etc.

Aqueles/as que sobrevivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho foram a classe mais afetada pela crise econômica e pelas respostas dadas à crise do capital – globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo, o que representou aumento dos lucros dos detentores do capital e precarização das condições de vida e de trabalho.

Diante do contexto de precarização das condições de vida e de trabalho, houve a necessidade de pensar em estratégias que garantissem trabalho e renda às classes populares, como a Economia Solidária, estratégia para os/as trabalhadores/as que estão, em sua maioria, excluídos do mercado formal de trabalho e de consumo.

O cenário político e econômico dos anos 1990 foi terreno fértil para o debate teórico sobre as práticas de Economia Solidária no Brasil, o lugar que ocupava, limites, possibilidades e processo de institucionalização para legitimar e reconhecer a Economia Solidária. Importa destacar que havia uma preocupação por partes dos movimentos sociais que os empreendimentos econômicos solidários perdessem autonomia frente ao mercado. Sendo assim, as experiências econômico-solidárias objetivam também a emancipação social.

Com a disseminação de associações e empresas de autogestão no país, a Economia Solidária começou a ganhar espaço para discussão, sendo realizado o I Fórum Social Mundial (FSM) em 2001, uma resposta aos problemas e contradições vivenciadas no final do século XX (FBES, 2022). A partir de então, começam as discussões sobre a necessidade de formulação de políticas públicas que fortalecessem as diferentes demandas sociais e potencializassem a Economia Solidária. Nesse contexto, diante das diversas atividades realizadas no FSM e da necessidade de articular a criação de um trabalho contínuo, foi criado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT-Brasileiro), instrumento que impulsionou a construção da ES no Brasil. “A partir de então passou a ser o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas pensadas para configurar o movimento” (INCOP, 2020, s/p).

No ano seguinte, no período de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002 foi realizado o II FSM, configurando-se como um movimento global contra o neoliberalismo. Esse momento evidenciou a ampliação do movimento e o amadurecimento de uma consciência política, sendo um grande espaço para a construção de convergências, proporcionando diversas dinâmicas que agregaram vários setores, dentre eles, de juventude, mundo do trabalho, movimento negro e movimento de mulheres, que ampliaram suas iniciativas de forma significativa (Leite, 2003).

A partir de então, surge a necessidade de elaboração de uma política pública nacional de Economia Solidária para impulsionar ainda mais o desenvolvimento da ES. Com isso, o GT-Brasileiro elaborou uma carta de apresentação das diretrizes gerais da Economia Solidária e solicitação da criação de uma Secretaria Nacional.

No primeiro ano de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou projeto de lei para o Congresso incluindo, entre os dispositivos, a criação de uma nova secretaria dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (Singer, 2022). Em janeiro de 2003, em Porto Alegre/RS, por meio do FSM, foi realizada a II Plenária Nacional de Economia Solidária, sendo anunciada a criação da SENAES no MTE. A criação da SENAES marca a vitória das organizações da sociedade civil e de representantes do governo que participaram do processo de criação da Secretaria. Paul Singer, uma das maiores referências da Economia Solidária, foi indicado como primeiro representante da pasta (IPEA, 2010).

A Lei nº 10.683/2003 com base no decreto nº 4.764/2003 instituiu a SENAES e criou o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Concomitante à criação da SENAES, ocorria em Brasília a III Plenária de Economia Solidária, fundando-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (Brasil, 2003). É oportuno afirmar que a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária representa um marco, por meio do reconhecimento e fortalecimento dos princípios de uma nova forma de organização da produção e que garante a inclusão social para aqueles/as que não possuem acesso à riqueza que é socialmente produzida.

Singer (2022) afirma que a SENAES tinha como propósito aplicar recursos tanto diretamente aos coletivos de trabalhadores/as como apoiando as entidades da sociedade civil que se dedicavam a oferecer suporte aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Contudo, mesmo diante dos avanços, os EES encontraram diversas dificuldades ao longo dos anos. No próximo item, discutir-se-á acerca do contexto e dos desafios encontrados no movimento de ES.

4 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Os Empreendimentos Econômicos Solidários enfrentaram e enfrentam inúmeros desafios ao longo de sua trajetória. De acordo com Borinelli e Santos (2010), os desafios e barreiras possuem influência do ambiente “hostil” a qualquer alternativa contrária ao Modo de Produção Capitalista (MPC). Para esses autores, apesar dos desafios postos à Economia Solidária, o movimento ganha ainda mais destaque quando há a percepção popular das distorções do mundo contemporâneo capitalista e seu processo de insustentabilidade, individualismo extremo etc.

Os desafios enfrentados pelos empreendimentos de Economia Solidária são diversos, com destaque especial para o acesso ao mercado financeiro. Nesse sentido, existem modalidades de financiamentos específicos para os EES que atendem empresas auto-gestionárias – crédito bancário tradicional, crédito bancário específico às cooperativas, microcrédito, e notas comerciais do agronegócio. Há ainda as organizações governamentais e não-governamentais que realizam doações às cooperativas e associações de comunidades em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, esses instrumentos não atendem às necessidades de financiamento dos EES ou mesmo ignoram problemas como planejamento, coordenação e incentivo próprios do processo de desenvolvimento, conforme aponta o Relatório Brasileiro para análise de Empreendimentos Solidários (DIEESE, 2014).

Os EES enfrentam inúmeras dificuldades, especialmente quando desejam desenvolver projetos inovadores e de relevância social. Segundo o FBES (2022), o maior desafio para a ES é a falta de recursos públicos e acesso a financiamento para os meios de produção – terras, prédios, galpões e máquinas. Ainda não há no país uma política de crédito para os EES que atenda às necessidades vigentes.

Nesse sentido,

Além de faltar linhas de créditos apropriadas, a existência de muitos grupos solidários informais dificulta o grupo no processo de viabilidade econômica, pois, a constituição jurídica se caracteriza como uma das condições básicas para o acesso ao crédito. Além da falta deste aparato legal, se tem uma carência de linhas de créditos direcionadas para esse tipo de empreendimento, impedindo a expansão do empreendimento e, conseqüentemente, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico destes (GAVIRAGHI, 2010 p. 63).

Ainda que não totalmente, a política de promoção das finanças solidárias tem colaborado bastante frente à problemática de falta de recursos, conforme afirma Singer (2022). Destaque para as cooperativas de crédito, fundos e bancos comunitários de desenvolvimento que se destacam como instrumentos de desenvolvimento social, frente às circunstâncias adversas. Contudo, faz-se necessário o desenvolvimento de mecanismos eficientes de crédito que apoiem as iniciativas de autogestão, podendo ser considerados decisivos para o sucesso dos EES. O processo de institucionalização da Economia Solidária, enquanto Política Pública, torna-se essencial como umas das estratégias para consolidá-la nas agendas políticas municipal, estadual e federal e garantir a sua permanência como política de Estado.

Importante destacar que, de acordo com Gomes (2007), para uma Política Pública de Economia Solidária ser viável e sustentável, são necessárias diversas ações no âmbito da União, abrangendo fomento à formação técnica, capacitação dos sócios, tendo em vista a agregação de valor dos produtos e serviços, bem como conhecimentos das normas associativas e assistência técnica adequada às características dos EES.

O movimento de Economia Solidária luta pela implementação de políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento dos princípios econômicos solidários, contudo, o FBES compreende que é necessário criar estratégias que garantam sua autonomia em relação ao Estado, notadamente em contextos reacionários e conservadores, a exemplo do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Entendemos que a Economia Solidária apesar de lutar por política pública, percebe que também é necessário se criar condições, ou aproveitar os investimentos para conseguir a independência em relação ao estado, como movimento para o enfrentamento de conjunturas adversas, como estamos vivendo nesse momento. Para direcionar os rumos da Economia Solidária é necessário mudar os rumos da gestão das políticas no Brasil, buscando um governo democrático alinhado com essa alternativa de desenvolvimento (FBES, 2022 p. 7-8).

O Golpe de 2016 que culminou no processo de *impeachment* e destituição ilegítima da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff da Presidência do Brasil, mudou os rumos da política brasileira e, conseqüentemente, o Movimento de Economia Solidária foi impactado, desacelerando seu desenvolvimento. De acordo com o FBES (2022), o contexto do Pós-2016 e a ausência de uma política nacional impactou negativamente a ES, ocasionando o fechamento de inúmeros empreendimentos econômicos solidários e desarticulando o movimento em alguns territórios, em sua maioria onde predominava EES urbanos e que possuíam uma maior dependência de recursos do governo federal.

Segundo Gaviraghi (2010), outro limite posto como entrave ao movimento de Economia Solidária é a inexistência de uma legislação específica. Nesse sentido, Barbosa (2006, *et al* Gaviraghi 2010) diz que “a legislação brasileira não atende à regulação de trabalho coletivo, prevalecendo a visão individualista e mais centrada no capital privado”.

É importante destacar e reconhecer a importância das experiências econômicas solidárias que historicamente se desenvolveram e se tornaram significativas no contexto econômico, político e social. No Brasil, atualmente a Economia Solidária movimenta cerca de

R\$ 12 bilhões por ano, tendo mais de 20 mil empreendimentos cadastrados no país, baseados em princípios como a solidariedade, igualdade e autogestão.

Esses princípios proporcionam aos associados dos empreendimentos solidários a consciência de todo o processo de produção, comercialização e gestão, trabalhando coletivamente de modo a garantir sua subsistência através da renda gerada por meio da Economia Solidária.

3 CONCLUSÃO

A Economia Solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas de forma coletiva pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. As principais especificidades que fundamentam as organizações econômicas solidárias são: por um lado, estímulo à solidariedade entre os membros, por meio da autogestão; e, por outro, a prática da solidariedade para com os/as trabalhadores/as em geral, com ênfase naqueles/as em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, a Economia Solidária constituiu um amplo movimento social que ganhou destaque a partir dos anos 1990, especialmente em razão da crise do capital e seus rebatimentos para a classe trabalhadora – desemprego estrutural e precarização das relações de trabalho. A Economia Solidária é uma alternativa possível de geração de renda e trabalho, baseada nos valores de solidariedade e coletividade, frente às mudanças nas condições de vida e de trabalho decorrentes do Neoliberalismo e todas as suas implicações para a classe que vive do trabalho.

Compreende-se também, através desta pesquisa, que há vários entraves na forma como a política pública de Economia Solidária vem se consolidando, dificultando o avanço pleno da Economia Solidária como a escassez de recursos públicos, dependência do Estado e o desacordo com a agenda pública de governo. Na conjuntura dos governos de Dilma e Lula, a Economia Solidária teve mais espaços de discussão e desenvolvimento, uma vez que seus princípios baseados no Estado de bem viver eram alinhados com os ideais do governo federal.

O desmonte das políticas públicas nos últimos quatro anos impactou negativamente a Economia Solidária, ocasionando o fechamento de diversos EES e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, conseqüentemente diminuindo as perspectivas futuras do movimento. Porém, esse cenário começou a se modificar com o resultado das eleições de 2022, reabrindo

as atividades de articulação com a volta da SENAES e com o surgimento de mais empreendimentos econômicos solidários.

No terceiro mandato de Lula, o presidente tem enfatizado que faz questão de exercer um governo com forte participação social. Diante dessa afirmação do Chefe de Estado e do novo contexto político, social e econômico que seu governo representa, considerando ainda o esforço de reflexão sobre a Economia Solidária no Brasil como estratégia de geração de trabalho e renda, parece oportuno dizer que esta produção não se esgota nestas considerações. Podemos concluir que a Economia Solidária é uma alternativa possível de geração de renda e trabalho, baseada nos valores de solidariedade e coletividade, frente às mudanças nas condições de vida e de trabalho decorrentes do Neoliberalismo e todas as suas implicações para a classe que vive do trabalho.

REFERÊNCIAS

BORINELLI, Benilson e SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Economia Solidária: Propostas e Perspectivas. In: BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio de. ePITAGUARI, Sinival Osório. **Economia Solidária em Londrina aspectos 147 conceituais e experiencia institucional**. Londrina: UEL. 2010.

FBES - Documento Orientador: Sistematização fase virtual da VI plenária-conjuntura-dia 03 e 04 de agosto. Economia Solidária: autogestão como estratégia de resistência e alternativa a crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia. **VI plenária de Economia Solidária**, outubro de 2022.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **Empreendimentos de Economia Solidária: Caminhos da (In)Viabilidade?** Porto Alegre. 2010.

LAVILLE, J.-L. Economia plural. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra; São Paulo: Editora Almedina, 2009.

LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política** / José Corrêa Leite; com a colaboração de Carolina Gil. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente).

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva. 2004. Referencial brasileiro para análise de empreendimentos de economia solidária (EES). / **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. – São Paulo: DIEESE, 2014.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora FPA, 2008.